

Documentos corporativos como fonte para uma história econômico-social das elites industriais do final do século XIX: um estudo de caso sobre a Fábrica Rheingantz (Rio Grande, 1884-1895)

MARIA KARINA FERRARETTO*

Adentrar pelas ruas da cidade de Rio Grande, no sul do Rio Grande do Sul, é relemburar um pouco de sua história através de prédios, ainda que um tanto descoloridos. Logo na entrada da cidade, ao lado do cemitério, o que restou da Fábrica Rheingantz impressiona pela arquitetura imponente e pela faixada, onde vidros quebrados deixam transparecer a vegetação que toma conta do lugar abandonado. Seguindo a rua e dobrando à esquerda, os arredores do Canalete guardam os segredos da antiga Fábrica Nova, da Viação Férrea e da Fábrica de Charutos Poock. Mais no centro, passando o Mercado Público, avista-se o local onde um dia ficavam a indústria de alimentos Leal Santos e tantas outras de enlatados e conservas. Hoje, todos esses nomes são resquícios de um passado distante.

O cenário era outro na virada do XIX. Os proprietários desses estabelecimentos movimentavam as forças econômicas da região. Rio Grande agitava-se com os bailes, as *matinéés* musicais e os encontros de domingos nos *chalets* de praia das famílias mais ricas (ENKE, 2005:9). A cidade como um todo vivia um momento de expansão. A industrialização se fazia sentir por toda a parte com o surgimento das fábricas. O porto marítimo facilitava a importação de matéria-prima e a exportação de produtos acabados. Todos os dias, negociantes embarcavam para os grandes centros (Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo) à procura de investidores e novas vendas para as empresas que representavam. Novos bairros surgiam cortados por linhas de bondes e estradas de ferro. Imigrantes alemães, italianos, espanhóis e portugueses faziam fila na porta das fábricas em busca de trabalho.

Entre as novidades, a criação de uma grande fábrica de tecidos em moldes industriais animou as expectativas da população local. A Fábrica Rheingantz foi uma das maiores indústrias brasileiras de tecidos do século XIX e da primeira metade do século XX. De sua “era de ouro”, quando as instalações e maquinários eram ampliados em ritmo acelerado, a produção vendia-se rapidamente e a indústria representava a produção nacional em feiras locais e internacionais, restaram a memória de seus ex-funcionários, registros de jornais da época e um conjunto valioso de Relatórios Anuais preservados na Biblioteca Riograndense.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Esses últimos documentos correspondem ao que se denomina neste trabalho de documentos corporativos.

Entende-se por documentos corporativos aqueles produzidos pelas empresas, companhias e sociedades como forma de apresentação de resultados, descrições de reuniões e de seus próprios regimes administrativos, sendo eles, os relatórios para acionistas, as atas de assembleias e de reuniões extraordinárias e os estatutos de fundação, entre outros registros oficiais. Tomados como objeto central, os Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz² são analisados enquanto fonte para uma história econômico-social das elites indutrais do final do século XIX. Trata-se de buscar neles não apenas as características da fábrica que descrevem, mas os indivíduos por trás das decisões tomadas, ou os homens de negócios a eles relacionados, com suas opções e escolhas administrativas. O período desta análise vai de 1884 até 1895 e abrange a primeira década de funcionamento da companhia sob um modelo de capital aberto, quando ainda é dirigida por seu sócio-fundador, Carlos Guilherme Rheingantz, muito embora, os documentos estejam disponíveis até a década de 1960. O objetivo aqui é, portanto, apresentar algumas possibilidades metodológicas de análise dos documentos corporativos tendo como referência inicial esses Relatórios Anuais.

O trabalho está dividido em quatro etapas. Na primeira, são apresentadas breves considerações sobre a historiografia brasileira que trata da questão da industrialização no país. Trechos retirados de algumas obras clássicas sobre a industrialização no Rio Grande do Sul servem para ilustrar modos como os documentos corporativos foram utilizados por essa historiografia e que outras questões poderiam ser feitas a essas mesmas fontes. A segunda constitui uma breve descrição de como se pode obter e organizar uma série de documentos corporativos e quais as questões implicadas nessa tarefa. Na terceira e quarta partes, os Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz são explorados a partir de suas possibilidades explicativas. Primeiro, no cruzamento com outros documentos corporativos para a construção de um quadro ou grupo de indivíduos a ser estudado. Depois, ao se elencar algumas questões oferecidas pelos dados brutos que contêm.

² Ao longo de sua trajetória institucional de mais de cem anos, a Fábrica Rheingantz teve pelos menos 7 denominações diferentes: Cia. Rheingantz e Vater (1873), Rheingantz e Cia. (1874), Sociedade Comanditária em Ações Rheingantz & Cia. (1884), Companhia União Fabril e Pastoril (1891), Companhia União Fabril (1895), João Abdalla e Cia (1961) e Companhia Inca Têxtil Industrial (1972). Utiliza-se neste trabalho o termo corrente “Fábrica Rheingantz”, como a indústria é tradicionalmente chamada pelos moradores locais até hoje, independente do período estudado.

Documentos corporativos na historiografia tradicional

Documentos corporativos foram bastante utilizados pela historiografia que se voltou para o processo de industrialização brasileiro, mesmo que não fossem denominados dessa forma. Em geral, esses trabalhos buscaram de algum modo compreender a origem da indústria no Brasil, às vezes situando-a no final do século XIX, à vezes após a década de 1930, e não raro, na década de 1950. O fato é que a industrialização brasileira pode ser compreendida como um processo histórico de longa duração, com momentos de aceleração ou retrocesso conforme o contexto político, econômico e social em questão.

As primeiras manufaturas e fundições no Brasil datam do período colonial; porém, o Alvará de 1785 representou a estagnação dessas atividades ao abolir “todas as fábricas, manufaturas e teares” nos domínios da coroa portuguesa no Brasil (NOVAIS, 2000:213-237). Essa dinâmica só seria retomada com a transferência da corte em 1808 e a revogação do alvará. O processo de industrialização é, no entanto, normalmente associado à urbanização da sociedade brasileira e ao êxodo do campo para a cidade, com o crescimento acelerado das regiões metropolitanas a partir do final do século XIX. O auge da produção cafeeira (sudeste) e a extração da borracha (Amazônia) na virada do século XIX, a construção de Brasília (centro-oeste) na década de 1950 e o fortalecimento da indústria paulista a partir da década de 1970 foram alguns dos principais momentos de grande migração populacional na história brasileira. A partir da década de 1960, o êxodo rural e a industrialização atingem grandes proporções e colocam-se como uma das grandes questões sociais de décadas posteriores. Talvez este seja um dos motivos que levam a historiografia dos anos de 1960-1980 a se interessar pelas temáticas da industrialização, do operariado e da elite industrial brasileira e suas origens.

Na sequência, apresentam-se trechos retirados da obra de quatro autores que abordaram a questão da industrialização brasileira a partir da perspectiva do Rio Grande do Sul. Optou-se por esta abordagem porque seria impossível, na breve extensão deste trabalho, dar conta de toda a historiografia sobre a industrialização, seja ela regional ou nacional. Esses autores são citados apenas para exemplificar algumas análises que foram feitas a partir de documentos corporativos.

Paul Singer, em trabalho sobre o desenvolvimento e a urbanização do país, afirma que é com a Fábrica Rheingantz “que a indústria verdadeiramente se inicia no Rio Grande do Sul”

(SINGER, 1968:171). Também Jean Roche, ao tratar da imigração no sul, afirma que a Rheingantz é a primeira empresa gaúcha de “base verdadeiramente industrial” (ROCHE, 1969:521). Independente do pioneirismo ou não da fábrica, um dos principais pontos em comum entre esses autores é essa busca pela origem, pela largada do processo de industrialização no Brasil. Ainda Heloisa Reichel, ao estudar especificamente a indústria têxtil gaúcha, estabelece a relação entre a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo no país (REICHEL, 1978:7-12). Já a tese de Sandra Pesavento, a partir de uma perspectiva de luta de classes, tenta estabelecer as condições de origem e organização de uma elite industrial, ou na expressão da própria autora, da “burguesia empresarial gaúcha em termos capitalistas” (PESAVENTO, 1988:19-20).

Esses autores fazem uso dos documentos corporativos, em especial dos Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz, em suas diferentes análises, como forma de corroborar a argumentação que estabelecem. Reichel, por exemplo, utiliza excertos dos relatórios para a confirmação do contexto econômico a que se refere. A autora reproduz de forma acrítica a reclamação do relatório de 1903 sobre a “total falta de incentivo à indústria de tecidos de lã com bases nacionais”, ao discutir a política econômica do Governo Federal (REICHEL, 1978:24). Essa alegação pode ter sido bem recebida pelos investidores da fábrica, que era o público-alvo principal desses relatórios, mas necessita de análise por parte do historiador. Havia incentivos perversos na política alfandegária que deixavam a indústria brasileira em desvantagem, ou os industriais brasileiros buscavam proteção governamental para sua posição privilegiada? Ao não questionar o discurso apresentado nos relatórios, Reichel parece aceitar a argumentação da própria fonte, ignorando como, para quem e com quais objetivos esse discurso foi construído.

No trabalho de Pesavento (1988:33), ao tratar das dificuldades de adaptação dos operários ao novo espaço fabril, a autora cita alguns dos problemas enfrentados por empresas na instalação de novas máquinas. Os trechos pertencem a relatórios anuais: da Fábrica Rheingantz, 1886; da Companhia União de Fósforos, 1913 e 1914; da Companhia Progresso Industrial, 1913; e da Fábrica de Papel e Papelão, 1921. Embora o assunto seja o mesmo em todos os excertos, a diferença de até trinta e cinco anos entre as declarações da Rheingantz e da Fábrica de Papel e Papelão faz pensar se a questão é de fato a mesma para todas as empresas. O problema da qualificação da mão de obra e adaptação a novas tecnologias é até hoje uma das questões mais fundamentais do processo produtivo; isso, entretanto, não significa que as

razões sejam a mesma em todas as épocas. Diz o excerto do relatório da Fábrica de Papéis e Papelão:

A par da necessidade de instruir e adaptar o pessoal ao novo sistema de fabricação, fizeram com que a nossa produção de papel fosse inferior à dos anos anteriores, quanto à quantidade. Todavia, esta vai aumentando, gradativamente [...]. Quanto à qualidade, porém, tivemos o prazer em vê-la melhorada (PESAVENTO, 1988:33).

Esse trecho, por exemplo, parece tratar mais do problema enfrentado pela empresa do que por seus operários, ainda que uma coisa esteja intimamente conectada a outra, são posições de fala distintas. Isso acontece porque os relatórios usados são fontes corporativas, ou seja, documentos constituídos pelas próprias companhias para apresentação de seus resultados aos acionistas e ao público geral. Não tratam das questões da vida do operário, mas de explicar as situações que fizeram a produção cair ou o lucro ser reduzido, por exemplo – que é o que interessa ao acionista. É preciso deixar claro que não se trata de validar ou não a argumentação da autora, mas sim apresentar questões alternativas para uma mesma fonte.

Em síntese, documentos corporativos são usados, muitas vezes, como fonte de informação, seus dados servem como constatação de ideias ou fatos, mas acabam aparecendo com pouca análise. Roche e Singer, por exemplo, e em trabalhos distintos, citam o número de funcionários, como se apenas os dados absolutos fossem suficientes para explicar o contexto de instalação da fábrica. Esses números são difíceis de interpretar se não tivermos como compará-los com dados demográficos, o universo das indústrias na região e quaisquer outros fatores que possam ser relevantes para cada análise. Por si, esses dados são a base e não o final de uma análise sobre essas instituições.

De qualquer forma, as críticas aqui apresentadas tem unicamente o objetivo de ilustrar como os documentos corporativos foram sendo usados pela historiografia. Na próxima parte, será feita uma apresentação detalhada da composição dessa documentação e citadas outras questões podem ser feitas a essas fontes.

Como obter e organizar os documentos corporativos

Os documentos corporativos podem proporcionar uma grande riqueza de análise para a história das elites devido à quantidade e complexidade das informações que oferecem. Para apresentar aqui esta metodologia de cruzamento de dados, trabalha-se com duas séries documentais: os Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz (1884-1900); e as atas de fundação

e de assembleias de demais empresas e instituições relacionadas aos acionistas da Rheingantz para o período estudado.

O primeiro conjunto documental, os relatórios da Rheingantz, está disponível para consulta na Bibliotheca Rio-Grandense, em Rio Grande/RS, em sua forma original e completa. Esse é um cuidado importante que se deve ter. Algumas vezes, quando são preservadas apenas cópias do documento, partes importantes podem acabar negligenciadas, sem que exista qualquer registro do que foi retirado. As cópias dos relatórios da Rheingantz disponíveis do Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, estão sem as listas de acionistas. Provavelmente, essa listagem não era de interesse do pesquisador que organizou o acervo ou que doou o documento; porém, nesse caso, não há registro de que os documentos estão incompletos, dando uma impressão distorcida sobre o seu conjunto.

Esses relatórios, no total de 17 para o período de estudo, são compostos por uma quantidade variável de páginas, entre 20 e 40, e seu texto se destina a cumprir requisitos legais e apresentar para os investidores as principais questões administrativas em andamento. São descritas especificidades sobre os funcionários, empréstimos realizados, lucratividade, valor estimado de ações, compra de novos equipamentos, expansão das instalações, investimentos em outros empreendimentos, além do balanço contábil anual de ativos e passivos da empresa. Como já foi mencionado, os documentos possuíam também uma lista com o nome completo dos acionistas e o número de ações de cada um. Essa multiplicidade de informações pode representar uma fonte valiosa para o pesquisador, mas exige cautela na realização da análise.

O segundo conjunto reúne um tipo de documento pouco preservado nos acervos disponíveis. Além disso, eles não eram periódicos e previsíveis, não havendo uma lista mestra de todos eles. Logo, o pesquisador que trabalha com este tipo de material não consegue ter certeza sobre a representatividade da amostra. Poucas vezes os documentos corporativos, principalmente para o final do século XIX, foram preservados em seu conjunto completo. Para muitas empresas, uma amostra pode ser obtida através da pesquisa em periódicos de grande circulação. Na virada do XIX, por exemplo, esses documentos eram publicados na íntegra. Constava como norma, inclusive, nos estatutos de fundação de algumas companhias, a publicação integral dos documentos corporativos nos jornais. Também as chamadas de

acionistas para assembléias, para pagamento de dividendos ou para chamadas extras de depósito podem ser mapeadas através da pesquisa em jornais.

O decreto nº 434, de 4 de julho de 1891, que regulamentava as sociedades anônimas, determinava a publicação de estatutos, atas de constituição e atas de reuniões em jornais locais ou regionais de maior circulação. Também, por determinação legal, as convocações para reuniões ordinárias e extraordinárias dos sócios ou acionistas deveriam ser feitas em anúncio nos jornais. No caso da Rheingantz, o estatuto de 1891, que transforma a companhia em Sociedade Anônima, em conformidade com a legislação, previa que as reuniões extraordinárias aconteceriam apenas se a convocação fosse “feita por anúncios na imprensa, com antecedência de pelo menos oito dias” (A Federação, 24/07/1891, p. 2). Para citar outro exemplo, o estatuto da Sociedade Comandária Poock e C., de 1891, fazia a mesma previsão de convocação de reuniões extraordinárias através dos jornais (A Federação, 01/09/1891, p. 2). Geralmente, alguns dias após a data prevista no anúncio, a ata da reunião convocada no jornal pode ser localizada no mesmo periódico.

Essa tarefa de localização dos documentos através dos jornais é bastante facilitada, atualmente, pelo cada vez maior número de periódicos digitalizados e indexados disponível para consulta. O principal sistema utilizado neste trabalho, e que tem seu acervo constantemente ampliado, é a Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde podem ser consultados jornais de todo o país. Com um pouco de paciência com a tecnologia, é possível reunir um conjunto significativo de documentos em um espaço de tempo relativamente curto. O corpo documental assim localizado para esta demonstração inclui estatutos e atas de reuniões da própria Fábrica Rheingantz (1891), do Asilo de Mendicidade de Rio Grande (1886), da Fábrica de Charutos Poock (1891), da Companhia Moinho Sul Brasil (1893), da Companhia Viação Rio-Grandense (1895), da Companhia de Ferro Rio Grande-Costa do Mar (1890) e da Companhia Carris Urbanos (1885), entre outros.

Todos esses documentos corporativos ajudam a compreender como funcionava a estrutura administrativa de cada um desses empreendimentos, pois além das decisões tomadas e dos dados sobre lucros, custos e resultados, trazem ainda as normas que as regem. Explicam, por exemplo, como se dá o processo de votação dos sócios para a tomada de decisões, indicam como se constituíam os conselhos fiscais, como seriam feitos os pagamentos aos acionistas, entre diversas outras informações. No caso da Rheingantz, o estatuto de 1891 determinava que uma série de decisões deveriam ser tomadas através de votação em

assembleia geral. O resultado se daria por maioria de votos. Cada cinco ações correspondiam a um voto, ou seja, quanto mais ações um investidor possuía, mais poder de decisão ele teria dentro da empresa. Assim, as listas de acionistas são um primeiro recurso para se compreender quem eram e como agiam os indivíduos por trás do andamento de uma empresa, como tenta-se demonstrar no tópico a seguir.

Metodologia de cruzamento de dados: as listas de acionistas

Os Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz podem ser observados a partir de suas possibilidades metodológicas. A primeira delas diz respeito à construção de um quadro de indivíduos que estariam no topo da hierarquia social, ou seja, de uma elite econômica industrial a ser estudada. As listas de acionistas dos Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz, na perspectiva deste trabalho, servem inicialmente para a identificação desse grupo de indivíduos. “Essa elite empresarial seria o grupo dirigente que detêm o controle e a capacidade de ação sobre os fatores produtivos – sem ser, necessariamente, coeso ou consciente de si mesmo” (FERRARETTO, 2012:9).

Parte-se aqui de uma perspectiva simplificada da noção de elite proposta por Heinz ao indicar uma nova história social das elites que as percebe como grupos que parecem ocupar o topo da estrutura social ou de distribuição de recursos (HEINZ, 2011:7-8). Como adverte Vargas ao estudar a elite charqueadora riograndense, seria “impossível definir o termo ‘elite’ de forma rígida, esse seria um procedimento, no mínimo, a-histórico. As sociedades alteram os seus padrões de recrutamento e os atributos e recursos necessários para se ocupar o topo de sua hierarquia social” (VARGAS, 2013:36). Compreende-se, portanto, essa elite empresarial, de início, permeada por seus interesses econômicos, mas sem excluir a necessidade de completar a observação a partir de suas relações sociais e políticas.

Para identificar, então, os indivíduos que compõem esse grupo, a primeira etapa consiste em tabular os acionistas da Rheingantz por ano e número de ações. Como o foco central são os acionistas com maior número de ações, optou-se por observar somente os que possuíam 25 ou mais ações, entre 1884 e 1900, identificando-se assim 212 nomes. Para a demonstração das possibilidades de análise que essa tabulação proporciona, selecionou-se os dez maiores acionistas. A tabela 1 exemplifica as informações que podem ser obtidas sobre os investidores ao se cruzarem as listas de acionistas de documentos corporativos de empresas dos mais diversos segmentos.

Tabela1. Acionistas majoritários e alguns de seus outros investimentos:

	Nome	Outros investimentos	Ações em 1893**
1	Carlos Guilherme Rheingantz	Fundador da Fábrica Rheingantz e sócio majoritário. Vice-diretor do Asilo de Mendicidade de Rio Grande (1886); Acionista da Companhia de Ferro Rio Grande - Costa do Mar (1892). Acionista da Poock & C. (1891); Acionista da Hormain & C. (1891).	2869
2	H. Fraeb	Possuía uma casa de Importação e exportação, com firmas em Hamburgo, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre (1893). Foi cônsul da Alemanha no Rio Grande do Sul (1888). Trabalhava com vários tipos de produtos: couros, cinza de ossos, louça, chinelos de lã, graxa, sebo, ferramentas, tecidos, ferro, chumbo etc.	562
3	Emílio de Barros	Comerciante. Cônsul da Venezuela. Representante em Porto Alegre da Companhia de Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (1895).	394
4	F. Laeisz	Única referência encontrada é uma companhia de navegação de Hamburgo, na Alemanha, fundada no século XIX, que comercializava com a América do Sul também.	300
5	Joaquim Martins Cardoso	Comerciante. Tesoureiro do Asilo de Mendicidade de Rio Grande (1884); Acionista da Companhia Fiação Porto-Alegrense (1901); Acionista da Companhia Fiat Lux (1903).	225
6	José Antônio Machado Júnior	Acionista da Hidráulica Guaybense (1886); Funcionário do Banco da Província; Conselheiro fiscal do Banco de Crédito Real (1888); Conselheiro Fiscal da Companhia de Seguros Marítimos; Acionista da Phoenix de Porto Alegre; Irmão da Santa Casa de Misericórdia (1890); Acionista da Sociedade de Seguros Terrestres Porto Alegrense (1891); Conselheiro Fiscal da Fábrica de Pregos Pontas de Paris, de Porto Alegre (1891); Acionista da Companhia de Fiação Porto Alegrense (1891); É indicado e recusa a candidatura ao governo municipal do RJ pelo Partido Liberal (1888). Concorreu a diretor do Banco da Província em 1888.	204
7	Antonio da Costa Corrêa Leite	Fundador da Companhia Progresso Industrial (1891); Acionista da Companhia de Ferro Rio Grande - Costa do Mar (1892); Acionista da Poock & C. (1891); Diretor do Asilo de Mendicidade de Rio Grande (1886); proprietário da Corrêa Leite & C. (1890);	186
8	Antonio Manoel de Lemos Junior	Proprietário de uma "casa comercial" (1884); Diretor do Asilo de Mendicidade de Rio Grande (1884); Acionista na Companhia Progresso Industrial (1891); Acionista da Companhia de Ferro Rio Grande - Costa do Mar (1892); Diretor da fábrica de velas de estearina da Companhia Industrial e Mercantil Rio-Grandense (1893); Acionista da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Pelotense (1893);	129
9	Antonio José Monteiro	Acionista da Poock & C. (1891); Acionista fundador da A. L. Torres e Cia (1891); Tesoureiro e guarda-livros da Fábrica Rheingantz. A partir de 1891 passa a receber uma porcentagem dos lucros, junto com Alfredo Rheingantz (gerente da fábrica) e J. W. Broadbent (diretor interno das oficinas).	120
10	Lycurgo Telles de Menezes	Conselheiro Fiscal (1891); Acionista da Poock & C. (1891); Acionista fundador da A. L. Torres e Cia (1891); Secretário e Acionista da Poock & C. (1891); Acionista da Hormain & C. (1891); Acionista da Sociedade de Seguros Terrestres Porto-Alegrense (1892); Acionista fundador da A L Torres e C. (1894);	54

Fonte: Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz (1884-1895). Jornal A Federação, Porto Alegre, 1884-1909 (FERRARETTO, 2012, p.). ** O ano de 1893 é usado aqui como referência, mas esses números se alteram anualmente.

Essa tabela ilustra como os documentos corporativos podem ser o ponto de partida para a compreensão da elite econômica do final do século XIX. Primeiro, percebe-se uma

tênue conexão entre os nomes listados. Existe certa dinâmica econômico-social que permite reunir em uma mesma lista empresários, médicos, comerciantes, burocratas, militares e aristocratas. O elo entre ramos aparentemente diferentes acaba sendo, justamente, a figura do investidor que tece uma teia de relações pessoais que vai entremear as relações econômicas. O homem de negócios do período diversifica o investimento de sua fortuna em empresas de diferentes segmentos. Vemos os mesmos homens nas mesmas empresas.

Carlos Guilherme Rheingantz, fundador e principal diretor da Fábrica Rheingantz, investia em pelo menos outros quatro empreendimentos. Dos dez maiores acionistas da Rheingantz, quatro investiam também na Fábrica de Charutos Poock. Além disso, dos 16 nomes que assinam a ata de fundação da Poock, pelo menos 10 figuram em algum momento na lista de acionistas da Rheingantz e dois desses estão na diretoria do Asilo de Mendicidade de Rio Grande – Carlos Guilherme Rheingantz e Antonio da Costa Corrêa Leite. Dos 18 diretores do asilo, cinco eram também investidores da Fábrica da Rheingantz. Essas observações iniciais abrem espaço para uma série de questionamentos que podem ser feitos sobre esses personagens da história econômica da região sul. O vínculo entre esses indivíduos seria estritamente econômico ou se estenderia para as relações pessoais e políticas? Quais os aspectos que delimitam essas relações? Não cabe a esta proposta dar resposta a essas perguntas, mas é possível indicar alguns caminhos que poderiam iluminar estas e outras questões.

Uma abordagem prosopográfica, por exemplo, em que seriam reunidos dados como relações de parentesco, origens sociais, formação educacional, filiação política etc., pode trazer novos aspectos. A abertura de outras fontes, entre elas, registros de casamento e batismo, inventários e testamentos podem colaborar na composição de um quadro mais completo que reforce essas conexões. Entende-se, portanto, que essa elite econômica não é algo dado, “mas um fenômeno social e histórico a ser explorado, e, enquanto tal, deve ser apreendido, tanto pelas suas bases e atributos sociais quanto pelas suas práticas sociais, tomadas de posição, em um dado contexto histórico” (MONTEIRO, 2009:28). Portanto, a análise dos documentos corporativos pode contribuir para o estudo desse grupo a partir de uma perspectiva que privilegie os indivíduos envolvidos.

Uma abordagem desse tipo, certamente, não ficaria restrita aos dez maiores investidores. Níveis mais baixos dessa hierarquia de acionistas aqui construída revelam nuances e histórias igualmente interessantes. Dois exemplos são os casos de Antonio Soares

de Barcellos e Francisco Gomes de Araujo Góes, que possuíam ambos 60 ações da Fábrica Rheingantz em 1894. Antonio Soares de Barcellos foi empresário, comerciante e delegado de polícia de Porto Alegre. Em 1893, candidatou-se a Juiz de Paz do 2º distrito pelo Partido Republicano e foi membro da Assembleia de Representação do Rio Grande do Sul, que elegeu os deputados estaduais. Investiu capital em pelo menos seis negócios diferentes. Já Francisco Gomes de Araujo Góes era proprietário de uma farmácia e ligado ao partido Liberal. Concorreu a deputado para o Congresso Constituinte em 1891. Em março de 1892, assumiu como Juiz do 2ª distrito de Pelotas, pedindo exoneração da função em junho do mesmo ano. Góes também era investidor da Companhia Panificadora Porto-Alegrense.

Esses dois exemplos servem para apontar que as relações economico-sociais são complexas e para compreendê-las não basta listar fortunas e relacioná-las com partidos políticos. Essa perspectiva auxilia na superação de explicações simplistas sobre o processo de desenvolvimento industrial do Brasil, que pensa no negociante como alguém ligado a apenas um empreendimento. Também é um passo adiante em relação às antigas análises sobre a indústria brasileira a partir de seus setores (têxteis, alimentos, calçados, metal-mecânico etc.) o que poderia passar uma falsa ideia de que tais áreas estariam mais distantes umas das outras do que estão de fato. Os recursos financeiros que movimentavam os negócios do país parecem ter origens comuns, ainda que heterogêneas, como indica a tabela apresentada, e há muito ainda a ser feito para que se consiga compreender a movimentação desses recursos.

Este trabalho parte da perspectiva de um estudo de elites, como já foi mencionado, e, por isso, centrou-se no grupo dos maiores acionistas. O critério de seleção aqui usado excluiu dezenas de pequenos acionistas. No entanto, as possibilidades de análise dos relatórios extrapolam essa abordagem. Um estudo dos pequenos investidores, que possuíam entre uma e dez ações, poderia ser uma contribuição valiosa para análises sobre grupos na base da hierarquia social, por exemplo. Muitas vezes, uma ou duas ações eram recebidas como bônus por tempo de serviço, renda extra ou até mesmo aposentadoria. Em alguns casos, como forma de poupança, um pai comprava ações em nome de seus filhos menores. Uma análise mais detida desse grupo poderia revelar novos aspectos sobre a vida operária do final do século XIX, das relações entre trabalhadores e empresários, ou sobre questões sociais como previdência e assistência, quando se tenta refletir sobre os significados dessas ações nesse contexto.

O estudo de documentos corporativos também pode contribuir para a compreensão mais abrangente de questões econômicas que servem ao entendimento tanto do funcionamento de uma empresa específica como de seu contexto local, regional ou nacional. O próximo tópico explora um pouco essa possibilidade analítica também a partir do caso da Fábrica Rheingantz.

Aspectos Econômicos Gerais

A regularidade dos dados nos relatórios de uma empresa como a Fábrica Rheingantz e a provável estabilidade metodológica com a qual eles são computados são tais que possibilitam a comparação entre as variáveis consideradas pertinentes para que a empresa possa ser compreendida enquanto um investimento financeiro. Com o objetivo de exemplificar este tipo de análise, apresentam-se aqui apenas os números referentes aos funcionários e salários. A tabulação dessas variáveis permite a construção da tabela 2:

Tabela 2. Número de Funcionários e Salários

Ano	Nº de Funcionários		Salários	
	Operários	Gasto anual com salários	Valor anual / Funcionário	Valor mensal médio / funcionário
1884	161	59:356\$460	:368\$674	:30\$723
1885	200	96:005\$560	:480\$028	:40\$002
1886	350	140:601\$350	:401\$718	:33\$477
1887	350	174:356\$000	:498\$160	:41\$513
1888	420	200:782\$169	:478\$053	:39\$838
1889		231:103\$980		
1890	487	248:275\$110	:509\$805	:42\$484
1891	543	268:819\$410	:495\$063	:41\$255
1892	644	396:960\$710	:616\$399	:51\$367
1893	929	479:449\$700	:516\$092	:43\$008
1894	927	635:902\$700	:685\$979	:57\$165
1895	912	679:493\$390	:745\$059	:62\$088
1896	912	807:666\$870	:885\$600	:73\$800
1897	912	864:964\$600	:948\$426	:79\$036
1898	859	952:160\$300	1:108\$452	:92\$371
1899	847	941:385\$150	1:111\$435	:92\$620
1900	829	914:764\$370	1:103\$455	:91\$955

Fonte: FERRARETTO, 2012, p. 64.

Os relatórios em sua maioria oferecem o número de funcionários e o gasto anual com os salários, com exceção do ano de 1889. A partir dessas variáveis, é possível calcular o valor anual e o valor mensal médio gasto com salários a cada ano. O cruzamento desses dados com informações sobre o custo dos alimentos na época, por exemplo, pode revelar informações sobre o custo de vida e o poder aquisitivo dos operários. Da mesma forma, a comparação com os salários de funcionários de outras empresas pode falar tanto sobre a situação dos operários da empresa quanto dos operários em uma determinada região ou de determinado setor. A análise do número de empregados em relação à população local da época dá uma dimensão do tamanho e da importância social da empresa. Por exemplo, em 1890, a fábrica tinha 487 operários, empregando diretamente cerca 2,5% da população entre 9 e 59 anos de Rio Grande (FEE, 1986: p.94-96.). Em 1895, quando Carlos Guilherme Rheingantz deixa a direção da companhia, o número de operários é de 912 – 858 fixos e 40 costureiras que trabalhavam em casa. Entre 1884 e 1893, o quadro de funcionários da empresa cresce significativamente ano após ano.

Em 1885, uma ação da companhia era comercializada a 500\$000 (500 mil-réis). Comparativamente, o salário anual médio de um de seus operários naquele ano era de cerca de 420\$000 (420 mil-réis). Logo, receber uma única ação da empresa corresponderia a adquirir o equivalente a um ano de salário extra para um funcionário médio. Também em 1885, foram produzidos 142.177,50 kg de tecidos, que representaram em vendas a quantia de 449:763\$378 (mais de 449 contos de réis). Cada um dos 200 operários teria produzido, em média, aproximadamente, 711 kg de tecidos anualmente, ou uma produção no valor bruto de 2:248\$000 (2 contos e 248 mil-réis). Isso significa que a mão de obra naquele ano representava pouco menos de 20% do valor da produção. Como fica evidente, as informações contidas nesses documentos corporativos podem ser muito valiosas para a análise de temas como produtividade, relações trabalhistas e conflito de classes, para nos determos apenas em alguns casos mais simples.

Considerações Finais

Os documentos corporativos podem revelar novos elementos tanto sobre a empresa quanto sobre as pessoas que a conduziam ou que se envolviam administrativa e financeiramente com ela, quando analisados à luz de novas perspectivas de uma história

econômico-social. Por isso, procurou-se aqui apresentar algumas dessas possibilidades a partir dos Relatórios Anuais da Fábrica Rheingantz e do cruzamentos destes com estatutos de fundação e atas de assembleias de outras companhias, como a Fábrica de Charutos Pooock, a Companhia de Ferro Rio Grande - Costa do Mar e a Companhia Progresso Industrial. Os documentos corporativos, portanto, foram apresentados a partir de suas potencialidades explicativas assim estabelecidas: 1) o cruzamento entre documentos do mesmo tipo como fonte para criação de um grupo a ser estudado; e 2) os dados brutos oferecidos nos relatórios, que de forma ampla sugerem interpretações sobre as decisões tomadas e o seu contexto.

Assim, a partir dos documentos corporativos, pode-se privilegiar o vínculo econômico entre os sujeitos. Estudos de elites em geral acabam dando demasiada ênfase às relações políticas; entretanto, o aspecto econômico é capaz dar de nova luz para o estudo daqueles que estão no topo da hierarquia social. Esses documentos servem de material para uma retomada da temática da industrialização do Rio Grande do Sul, sob o prisma de uma história econômico-social das elites locais, com foco nos vínculos econômicos e nas redes de sociabilidade estabelecidas. Trata-se de se pensar em termos de uma história social do econômico.

Bibliografia

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. 2ª ed. São Paulo: Difel, s/d.

ENKE, Rebecca G. *Balneário Villa Sequeira: a invenção de um novo lazer (1890-1905)*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre: FEE/Secretaria de Coordenação e Planejamento, 1986.

FERRARETTO, Maria Karina. *Fábrica Rheingantz: a empresa, o empresário e os acionistas. Um estudo exploratório sobre a elite econômica de Rio Grande no final do século XIX (1873-1895)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

HEES, Felipe. *A industrialização brasileira em perspectiva histórica (1808-1956)*. In: *Em Tempo de História – Publicação do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília*. PPG-HIS, N° 18. Brasília: jan./jul. 2011. ISSN 1517-1108.

HEINZ, Flávio (org.). *História Social de Elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MONTEIRO, Lorena. *Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da sociologia e da história*. In: Sociedade e Cultura, Goiânia, v.12, n.1, p. 23-32, jan./jun. 2009.

LOBO, Eulália L. *História Empresarial*. In: *Domínios da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LONER, Beatriz. *Construção de Classe: Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária/UFPel, 2001.

MENDES, José. *Problemas de História Empresarial Teoria e Prática*. Teoria e Prática. XXII APHES. Comunicações. Aveiro, 2002.

NOVAIS, Fernando. *A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII*. Revista de História, 142-143 (2000), 213-237p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha: dominação do capital e a disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

REICHEL, Heloisa J. *A indústria têxtil do Rio Grande do Sul: 1910-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1978.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec / Ed. da Unicamp, 2000.